

Apresentação da obra

Breve História da Europa – Da Grande Guerra aos nossos dias,
Raquel Varela, Bertrand Editora, Ensaios e Documentos, Lisboa, 2018.

Introdução

Recebi, da autora, o convite para fazer a apresentação desta obra sobre a História da Europa, no século XX.

Foi uma surpresa, nomeadamente pelo contexto que rodeia a Raquel na actualidade. É historiadora, investigadora, professora universitária, integra grupos de trabalho noutros países, participa em programas de debate sobre temas da actualidade na TV, lida com historiadores, professores universitários, intelectuais, escritores e, convida-me a mim, para fazer a apresentação do seu livro.

A minha acção, no âmbito da História, é muito mais modesta. Daí a minha surpresa.

Também faço investigação, não na dimensão nacional da Raquel, mas no âmbito da história local, tenho obra publicada sobre o concelho de Oeiras (*Eleições, Eleitores e Elites Políticas do Concelho de Oeiras (1908 – 1926)*) e sobre as cheias de 1967 (*As «Gotas de Ar Frio» que inundaram a Grande Lisboa. Memórias das Cheias de Novembro de 1967*), mas tudo muito caseiro, nada do brilhantismo da Raquel.

Resta-me uma qualidade que, pelos vistos, terá sido essencial para o convite da Raquel Varela: fui sua professora de História no Ensino Secundário e, nessa qualidade, terei sido importante, na medida em que lhe terei despertado o interesse pela História. Fico feliz por isso. É sempre uma alegria saber que deixámos sementes para florescerem, mais tarde, nos nossos alunos.

Vejo, também, neste convite, uma homenagem aos professores, que nem sempre são compreendidos, sobre os quais se dizem muitas injustiças, mas que são aqueles que, apesar de todas as contrariedades e limitações da Escola pública, apesar de não verem contado o seu tempo de serviço (9A- 4M-2D), dão o seu melhor nas escolas. E porquê? A resposta está no estudo recente do *BURN OUT*, que a Raquel Varela tem divulgado: os professores são profissionais e, sobretudo, gostam dos seus alunos.

Junto à surpresa do convite, o orgulho que, naturalmente, sinto ao assistir ao percurso da Raquel, enquanto investigadora, historiadora, professora universitária e no seu posicionamento como cidadã, empenhada na luta por uma sociedade melhor.

Guardo memórias ternas do tempo em que eramos professora e aluna, no Ensino Secundário. Sentava-se, sozinha, na primeira carteira, do lado da janela, junto à minha secretária, e instalava-se toda em cima da carteira, cotovelos sobre o tampo e cabeça apoiada nas mãos, com os seus grandes olhos vivos e curiosos a olharem para mim. Sempre muito interessada, sobretudo nos momentos em que eu levava livros de historiadores e lia pequenos excertos, para dar mais vivacidade aos temas que estudávamos.

Recordo um episódio divertido que nos aconteceu numa visita de estudos da sua turma ao CCB, para vermos uma exposição sobre o modernismo português, que seria dinamizada por uma monitora daquele centro cultural.

Partimos de comboio e reunimo-nos já dentro do edifício, aguardando pela monitora. Seríamos entre 20 a 30 pessoas. No meio dos alunos, e com uma indumentária semelhante (ganga, t-shirt, ténis, mochila), só uma observação mais atenta permitiria identificar-me como a professora da turma. Pelo contrário, a Raquel sobressaía do grupo. Pela sua altura, pelas roupas elegantes que trajava, pelo chapéu avermelhado de abas largas que usava e, sobretudo, pela sua pose aristocrática. Para nós já não era novidade, porque costumava aparecer assim nalgumas aulas. Quando isso acontecia, dedicávamos alguns minutos a admirá-la, como obra de arte viva. Sem ironias! Só assombro e admiração!

A certa altura, chegou uma jovem monitora que percorreu a turma com os olhos à procura da professora. Descobriu a Raquel e dirigiu-se-lhe com simpáticas palavras de boas vindas. A Raquel e os colegas olharam para mim e fiz-lhe sinal que assumisse esse papel.

E assim foi! A visita correu muito bem! A monitora fez uma interessante abordagem ao modernismo, a *professora* incitou os alunos a participarem, e eu também fiz perguntas, como *aluna* motivada e interessada. Todos cumpriram o seu papel, sem deslizes. E no final, depois de a *professora* ter agradecido à monitora a visita, lá nos levou para o exterior do Museu, onde, livres de olhares alheios, demos largas às nossas gargalhadas felizes.

A Raquel teria os seus 16 anos e tinha brilhado como professora, num improviso difícil de igualar.

Já, nessa altura, eu sabia que, qualquer que fosse a área profissional que viesse a escolher no futuro, a minha aluna Raquel Varela iria brilhar. Tinha aquela centelha de entusiasmo e de talento que só existe em alguns de nós. E fico muito contente que tal tenha acontecido.

Introdução à obra

Começo com uma citação e uma interrogação do historiador britânico, Eric Hobsbawm:

No final do século XX, há 3 vezes mais pessoas do que as que viviam no início do século. É uma população mais alta, mais bem alimentada e que vive até mais tempo.

O Mundo é mais rico, possui uma maior capacidade para produzir bens e serviços. Oferece um melhor nível de vida, maior variedade de bens, mesmo àqueles que estão na base da sociedade.

Não conseguiu ainda diminuir significativamente a desigualdade social, mas, em compensação, a humanidade está mais culta, mais alfabetizada e tem ao seu dispor uma tecnologia revolucionária e em avanços constantes.

Então, pergunta aquele historiador, porque termina o século não com uma comemoração desse progresso inigualado e maravilhoso, mas num estado de inquietação?

Resposta: Porque o século XX foi o século mais assassino de que temos registo, não só em escala, extensão, mas também no volume de catástrofes humanas que o marcaram (guerras, fomes, genocídios, deslocações de povos).

O final do século assiste à desintegração dos velhos padrões de relacionamento social e humano, marcada pela quebra dos elos entre as gerações, entre o passado e o presente. Sobressai um individualismo absoluto. Os indivíduos parecem não ter causas comuns. Apenas

se movem pela satisfação pessoal seja através da procura do lucro ou do prazer. (A Era dos Extremos, Editorial Presença, adaptado).

Particularizando, a Europa, o continente onde mais longe se levaram as conquistas da liberdade e da igualdade, é hoje marcada por uma crise profunda, com cada vez menos igualdade, um recuo nos direitos sociais, insegurança no emprego e precariedade.

Face a esta situação, o que propõe a autora desta obra? Reflectir e procurar alternativas.

Reflectir sobre o modo como o capitalismo evoluiu neste século XX, procurando nos acontecimentos que marcaram a sua história, respostas para os grandes questões que se colocam ao nosso tempo e alternativas para um mundo melhor.

A BREVE HISTÓRIA DA EUROPA, um ensaio histórico sobre os principais acontecimentos do século XX, é o seu contributo para esta reflexão, procura de respostas e de alternativas.

A História é o ponto de partida. Diz a autora que «A História não se repete. Mas ensina-nos.»

É na História que ela vai procurar essas respostas e alternativas, o que é particularmente importante numa época em que se fala da «morte da História» e em que a memória histórica perde o risco de se perder, onde poucos têm vontade de aprender com a História.

Na abordagem desses acontecimentos, há uma temática dominante que percorre todo o livro. A atenção está centrada no TRABALHO e nas DINÂMICAS SOCIAIS do século XX, nomeadamente nas LUTAS DOS TRABALHADORES, nas suas vitórias e derrotas ao longo da história da Europa naquele século.

É significativo o modo como inicia e como termina o livro.

Começa com um relatório de 1870, apresentado ao Parlamento inglês, sobre as condições de trabalho nos outros países e com um inquérito operário de 1880, realizado por Karl Marx.

Termina com as estratégias do sindicalismo na entrada do século XXI.

Podemos perguntar: a história da Europa no século XX esgota-se nestes temas? Não há dimensões humanas e realidades que escapem à luta de classes? Esta linguagem marxista não está já ultrapassada?

Não, não se esgota, e há muitas outras áreas a explorar.

Mas todas as outras dimensões, quaisquer que elas sejam e por mais importantes que sejam, assentam sobre uma dimensão estrutural da sociedade, sobre o seu esqueleto estruturante, que é o modo como está organizada a produção dos bens necessários à sobrevivência da sociedade, ou seja, o seu modo de produção e as relações sociais que estabelece. É nesta base que se estrutura tudo o resto.

E aqui está a originalidade deste olhar sobre a Europa do século XX. Se percorrermos os livros de História deste período, sejam obras de alguns historiadores, sejam manuais escolares, os acontecimentos históricos são-nos apresentados, na maior parte dos casos, como realidades acima dessa estrutura básica, como se não tivessem nada a ver com ela.

A originalidade desta obra está em inserir esses acontecimentos nessa organização estruturante da nossa sociedade.

Olhar a História dessa maneira foi a opção da Raquel. Todo o trabalho do historiador pressupõe uma escolha. A escolha do tema, das fontes, da forma de olhar.....

A escolha da Raquel e o enfoque desta BREVE HISTÓRIA DA EUROPA foi a temática do TRABALHO e das LUTAS DOS TRABALHADORES.

Quando lerem o livro, irão encontrar referências a acontecimentos que se deram, sobretudo na EUROPA: as duas guerras mundiais; as crises do capitalismo; as revoluções e contrarrevoluções; a Revolução Russa; o Nazismo e o Holocausto; as Frentes Populares; a Resistência; o Estado Social do pós-guerra; a UE; a Guerra Fria; o Maio de 68; o Eurocomunismo; a Revolução Portuguesa; o Neoliberalismo; a queda do Muro de Berlim, da URSS e dos restantes países do Bloco de Leste; as actuais crises do capitalismo, do movimento operário e sindical e dos regimes políticos europeus; os problemas demográficos actuais; a globalização; a imigração; as estratégias internacionalistas (minoritárias) e nacionalistas (maioritárias) dos sindicatos à entrada do século XXI.

Vão encontrar também acontecimentos ocorridos fora da Europa: a Revolução Chinesa, as revoluções anti-coloniais, a Revolução Chilena e o conflito no Médio Oriente.

Este olhar da autora sobre estes acontecimentos parte da consulta de uma vasta bibliografia onde se inserem os mais importantes historiadores e estudiosos que se debruçaram sobre o último século. Falta na obra a Bibliografia (lapso de impressão?), mas podemos encontrar essas referências bibliográficas no texto e nas Notas.

Referência a 10 acontecimentos abordados na obra

1. As duas guerras mundiais que marcaram o século XX

Foi a primeira vez que uma guerra mundial aconteceu na história da humanidade. E houve duas. Estiveram envolvidas todas as grandes potências, praticamente todos os Estados independentes do mundo e as colónias das potências imperialistas. Combateu-se em vários continentes, em terra, nos mares e no ar. Historiadores, que as estudaram, chamaram ao período entre 1914 e 1945, a «Era do massacre» e a «Era da Catástrofe» (Víctor Serge e Eric Hobsbawn).

A autora vai contestar 2 teorias dominantes na historiografia sobre a I e a II Guerras Mundiais:

I GRANDE GUERRA:

Teoria: A I Guerra Mundial tem sido considerada a mais «popular» das guerras imperialistas, com manifestações patrióticas de exaltação nacionalista nos países europeus.

O livro irá provar que tal não é verdade. Novos dados vieram revelar que a I GM não foi assim tão «popular». Houve movimentos contra a guerra. Poderão encontrá-los no livro.

Alguns exemplos:

- Registaram-se greves na Alemanha e os grevistas foram enviados para a guerra como castigo;

- Surgiu, na Suíça, um manifesto, em 1915, contra toda a «união sagrada» das forças sociais e políticas em tempo de guerra. Foi assinado por 36 delegados de 19 países. Em lugar dessa «união sagrada» nacionalista, defendia-se a via internacionalista da revolução comunista.

- Nos EUA, Eugene Debs, um dos fundadores do sindicato *Industrial Workers of the World*, ao manifestar-se contra a guerra, foi preso com a acusação de ter violado o *Espionage Act* que proibia qualquer manifestação pública contra a mesma. O discurso do seu julgamento foi um manifesto contra a guerra. Foi deste movimento que surgiu a música «Solidarity Forever», a mais conhecida música operária a seguir à «Internacional».

- Nas trincheiras da Frente Ocidental, onde ocorria o massacre de milhares de soldados, também se verificaram movimentos de revolta: no Natal de 1914, tropas francesas e alemãs confraternizaram nas trincheiras e foram penalizadas; em 1916, houve deserções em massa; em 1917, 68 divisões francesas recusaram-se a voltar para as trincheiras. Houve 500 sentenças de morte e 49 execuções. Algumas unidades queriam marchar sobre Paris com «Viva a Revolução»; em Bolonha, houve uma rebelião de 100 mil soldados ingleses que durou 5 dias. Os líderes foram executados.

Estas, entre outras manifestações contra a guerra, foram vozes discordantes, mas não foram suficientemente fortes. A declaração de guerra e o nacional-patriotismo sobrepuseram-se ao internacionalismo que tinha tido a sua origem na I Internacional (1864), que defendia que a luta pela emancipação dos trabalhadores se deveria sobrepôr à luta entre as nações, que poria trabalhadores contra trabalhadores.

II GRANDE GUERRA:

Foi uma guerra brutal. Nada é comparável na história da Humanidade à 2ª GM, com os seus 80 milhões de mortos, 50% civis (5% na IGM), com a sua industrialização da morte nos campos de concentração nazis, com as duas bombas nucleares, com grandes fomes e a deslocação de milhares de pessoas.

Teoria : A II Guerra Mundial foi uma guerra entre Fascismo/Nazismo e Democracia

É verdade, mas não só. Segundo a autora, foi uma guerra entre Nazismo e Democracia, mas foi também uma guerra entre Capitalismo e Revolução.

Contra o Nazismo, lutaram milhões de revolucionários que, no final, não estavam dispostos a entregar as armas. Foi o caso da Jugoslávia e Grécia, onde a Resistência, depois da derrota do Fascismo, disputou o poder com as forças liberais, pró-ocidentais.

Outros exemplos são apresentados no livro.

A autora faz um exercício «contrafactual» (terreno das suposições): Se as revoluções dos anos 30 tivessem triunfado e levado o proletariado ao poder, Hitler teria avançado com a sua política expansionista sobre a Áustria, os Sudetas e a Checoslováquia? Teria invadido Polónia e lançado a guerra a Ocidente e a Leste? Não sabemos....

Mas ficámos a saber, na leitura deste ensaio, que a Guerra podia ter sido evitável se tivessem triunfado as revoluções dos anos 30; se as direcções políticas da classe operária tivessem feito vingar a solidariedade internacionalista, em vez de se deixarem envolver pelo nacionalismo bélico de cada país; se a França e Inglaterra não tivessem sido complacentes com os avanços de Hitler; e, finalmente, se Stalin não tivesse assinado o *Pacto de Não Agressão* com a Alemanha, com efeitos devastadores para a URSS, para a Europa Ocidental e para os partidos

comunistas dos países ocupados pelos nazis (as directivas do Komintern obrigavam a que os alemães não fossem vistos como inimigos, mas como *proletários fardados de uniforme militar*).

Estas são lições que a História nos deixa para reflectirmos e evitarmos a sua repetição, mesmo que seja por outras formas.

2. As grandes crises do Capitalismo que tiveram consequências devastadoras para as populações mundiais:

A história do capitalismo é a história das suas crises cíclicas, de tal modo que os vocábulos «Capitalismo» e «Crise» quase que poderiam ser considerados sinónimos um do outro.

A autora analisa quatro dessas crises cíclicas:

Grande depressão de 1929 – dupla crise de superprodução e de especulação financeira que partindo dos EUA se alargou à Europa (retirada dos créditos americanos) e aos outros continentes (contração do comércio internacional). Criou a imagem terrível da destruição da produção (laranjas, leite, café) para evitar maiores quebras nos lucros, quando a fome atormentava as populações. Era o absurdo do capitalismo e a descrença no progresso e no próprio sistema económico.

A crise dos anos 70 – A crise mundial de 73/74 que aumentou os conflitos sociais que se vinham arrastando e que se intensificaram-se entre 1968 e 75.

A crise de 1981/84 – Crise de superprodução e superacumulação de capital. Foi o início do fim do Pacto Social do pós-guerra e o início do Neoliberalismo.

A crise de 2008 – Que conduziu à perda de direitos sociais dos trabalhadores e à precariedade no emprego.

Teoria: O desemprego da Grande Depressão de 1929 (13 milhões EUA) foi resolvido com as medidas keynesianas do New Deal.

Segundo a autora, não é verdade. No livro, encontrarão os argumentos que provam que o *New Deal* foi insuficiente. Só reduziu o desemprego de 13 para 9 milhões. Foi preciso encontrar outra solução. A Guerra foi a grande resposta à crise. Ao *New Deal* juntou-se o *War Deal* em que desempregados viraram soldados, ao que se juntou o estímulo de uma produção orientada para as necessidades da guerra. O eterno negócio da guerra, o negócio mais rentável do mundo.

Foi preciso um apocalipse com 80 milhões de mortos para o capitalismo se reconverter.

3. O século XX como o século das Revoluções e das Contra-Revoluções

Raquel Varela define o século XX como o século mais revolucionário de toda a história da Humanidade. Aquele que registou maior número de revoluções que aconteceram no pós I Grande Guerra e em quase todas as décadas depois da II Guerra Mundial.

No livro encontrarão referências a várias dessas revoluções e movimentos emancipatórios de trabalhadores: R. Russas (1905 e 1917); R. Republicana Portuguesa (1910); R. Mexicana (1910);

R. Irlandesa (1916); R. Itália (1919-20), com ocupação de terras e de fábricas e milhares de trabalhadores e exercerem o controlo operário; R. Húngaras (1919 e 1956); R. Alemãs (1919 e 1923), R. spartaquista, de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg; R. Espanhola (1934-36), resistência ao nazismo; R. Chinesa (1949); R. Cubana (1959); Revoltas em 1968 (Maio de 68, Primavera de Praga); R. Portuguesa (74-75); e, todas as revoluções anticoloniais após as duas guerras.

Foi também, segundo a autora, e por oposição, o século com maior número de contrarrevoluções empreendidas pelas classes dirigentes para impedir as revoluções e para combater os movimentos emancipatórios dos trabalhadores.

Poderão ver como isso aconteceu através de guerras civis brutais (URSS, com a invasão de 14 exércitos bancos; Espanha, com a sublevação franquista; Hungria e Checoslováquia, com as invasões das tropas do Pacto de Varsóvia), da entrega do poder às milícias fascistas, preparadas para actuar contra os trabalhadores em luta (Itália e Alemanha) e através da vía das reformas, que implicaram o apoio activo dos dirigentes políticos e sindicais dos trabalhadores.

Nesta obra é analisada a escolha da opção democrática ou ditatorial das burguesias europeias para enfrentar os movimentos revolucionários dos trabalhadores em períodos de crise económica.

Na perspectiva da autora, a escolha de uma ou outra daquelas opções resultou de vários factores, nomeadamente a situação do operariado e as suas formas de organização.

Nos países onde as revoluções burguesas ocorreram com o operariado ainda incipiente (Inglaterra, França), a democracia representativa manteve-se, mesmo nos períodos de depressão económica. Ela foi suficiente para conter os processos revolucionários. As classes dirigentes não tiveram que recorrer à ditadura para travar a revolução.

Pelo contrário, nos países onde as revoluções burguesas ocorreram com o proletariado já fortalecido, as classes dirigentes optaram pela ditadura como forma encontrada para travar a revolução. Exemplos: Portugal, em 1910 (movimento operário que apoiara a República, vê-se defraudado no regime republicano e luta contra o mesmo. A ditadura instala-se em 1926); Alemanha com a República de Weimar fraca, perante um operariado poderoso. A ditadura nazi trava a Revolução.

A autora identifica também a ditadura estalinista como um exemplo de contrarrevolução. Não como uma consequência ou evolução da Revolução Russa, mas como a sua destruição. O Partido bolchevique foi esmagado e o poder dos soviets foi substituído pelo poder de uma casta burocrática que tomou o partido e o governo, dirigida por Stalin.

4. A Revolução Russa, a revolução social mais importante da história da humanidade:

Nessa análise, a autora cita uma frase do historiador Pierre Broué que julgo fundamental para quem quer, verdadeiramente, compreender aquela revolução: *É importante sair daquela historiografia cujos sentimentos oscilam entre a cega admiração e a calúnia sistemática.*

No livro, a Raquel explica por que é que a RR é considerada a *revolução social mais importante da história da humanidade*, aquela que criou o primeiro Estado operário do mundo.

Foi a revolução que mais direitos conquistou para a massa trabalhadora russa e que mais influenciou a conquista de direitos sociais fora da Rússia.

A autora assinala também a importância daquela Revolução para os trabalhadores do mundo inteiro, pelo entusiasmo que despertou, por ter mostrado aos seguidores das ideias marxistas e partidos operários de todo o mundo que a revolução e destruição do Estado burguês e capitalista eram realidades ao alcance dos oprimidos. Como a autora refere, criou a *esperança, a força subjetiva de acreditar que era possível mudar*.

Simultaneamente, aquela revolução suscitou a oposição de todos os Estados e partidos que defendiam o capitalismo e o terrível receio de que uma revolução idêntica pudesse acontecer também noutros locais da Europa.

Na abordagem daquele movimento revolucionário, a autora começa por reflectir no facto de a Revolução Soviética ter ocorrido não num país capitalista avançado, como seria de esperar, mas num país atrasado como era a Rússia de 1917. Apresenta vários factos que ajudam a explicar tal fenómeno:

1) Países atrasados assimilam conquistas e saltam etapas, nomeadamente a do desenvolvimento do capitalismo e da democracia representativa. *É o salto da flecha para o fusil*.

2) Existia um operariado altamente concentrado que chegara de forma brusca a Moscovo e a Petrogrado. Havia 41,4% de empresas com mais de mil operários, bastante mais do que acontecia nos países mais desenvolvidos.

3) Mantinha-se a memória dos soviets desde a Revolução de 1905 e novos soviets foram criados entre Fevereiro e Outubro de 1917. Não defendiam projectos revolucionários e, no seu seio, a influência dos Bolcheviques era minoritária. Surgiram apenas para pressionarem a resolução de problemas que afectavam a população e a que Karsky não conseguia dar resposta: fim da guerra, segurança, distribuição de alimentos, energia, transportes.

4) Vitalidade do Soviete de Petrogrado após a Revolução de Fevereiro, onde chegavam delegações de toda a Rússia e onde, de dia e de noite, se debatia política.

5) Vitalidade do Partido Bolchevique, partido de massas, com dirigentes que optaram pela não negociação com as forças da democracia burguesa, mas que avançaram para a revolução.

6) Antecipação a uma contra-revolução. A Revolução de Outubro não foi uma interrupção de uma democracia liberal capitalista desenvolvida mas foi, sobretudo, uma prevenção de uma contrarrevolução violenta que se vinha anunciando com o golpe de Kornilov em Agosto de 1917. Quando Lenine, contra a maioria do Comité Central do P. Bolchevique, propõe a revolução apoiada nos Sovietes, calculava que ou eles tomavam o poder ou haveria um novo golpe de Kornilov.

Diz a autora que se aquela contra-revolução tivesse triunfado, era bem provável que tivesse surgido, na Rússia, o primeiro Estado fascista do mundo.

A autora explica também os motivos que levaram ao esmagamento da Revolução Soviética e à imposição da ditadura stalinista.

Entre os vários factores apresentados, fez referência à terrível guerra civil que se sucedeu à revolução; ao isolamento da URSS, único país socialista, após a derrota da revolução alemã e das outras revoluções europeias; e também a uma relação, que me pareceu muito interessante, entre a construção do socialismo e escassez ou abundância de bens.

No livro, encontramos uma citação de Lenine: *É um grande infortúnio que a honra de começar a primeira revolução socialista tenha cabido ao povo mais atrasado da Europa.* Ou seja, se o atraso económico teria favorecido a tomada do poder, teria dificultado a sua conservação. O atraso económico conduziu o país à miséria e à dificuldade na distribuição de riqueza, o que era contrário ao socialismo que tem como objectivo uma equitativa distribuição da riqueza a partir do trabalho de cada um. Provava-se que não podia haver socialismo sem abundância.

Situação oposta à da Alemanha, como a Raquel explica. Aí seria mais difícil a tomada do poder, mas mais fácil a sua conservação, pela abundância do seu desenvolvimento económico. Leiam. Muito interessante.

Na sua reflexão sobre a Revolução Russa, a autora faz referência à existência de novos dados resultantes da abertura dos arquivos da URSS, depois da queda do Muro em 1989/1990, que ajudam a esclarecer o que aconteceu a partir de 1917, nomeadamente as mudanças verificadas a partir de 1927/28 no regime soviético.

Diz Raquel Varela que todas as investigações dos historiadores, que estudaram esses novos dados, apontam para que tenha havido uma ruptura no regime soviético em 1927/28.

Procurem, na obra, os dados dessa ruptura. Aqui deixo apenas o exemplo de um estudo realizado na fábrica *Foize e Martelo*, a maior metalúrgica de Moscovo: de 1917 a 1927, houve greves, lutas pela melhoria de salário, mas não se registaram despedimentos, nem prisões. A partir de 28, há recuo nos salários, perseguições a grevistas, despedimentos.

A partir de 1927/28, já não existia um Estado socialista, um Estado dos trabalhadores, mas um outro tipo de Estado, também ele contra os trabalhadores.

O que terminava em 1991 não era o socialismo, mas as metástases da ditadura estalinista.

5. Um novo olhar sobre o Nazismo e a sua imensa brutalidade na Europa

Teoria dominante: O Nazismo foi a obra de um tresloucado, de um louco.

Tese do livro: *o Nazismo não foi a perversão de um louco, mas sim a forma encontrada pela classe dominante alemã para sobreviver e tirar partido da grande depressão de 1929. A militarização da sociedade foi a forma encontrada para salvar o capitalismo.*

Segundo Raquel Varela, foram vários os factores que explicam a rápida ascensão de Hitler e o domínio nazi na Alemanha, mas aponta como factor determinante o apoio e o financiamento do sector industrial e financeiro alemão àquele projecto.

A burguesia industrial alemã temia que a crise de 29 levasse o proletariado ao poder, como na Rússia. Desde 1919, que as greves e manifestações populares se sucediam, sobretudo no Ruhr. Tinha havido tentativas de tomada do poder em 1919 e em 1923 e temiam-se novas tentativas de insurreição revolucionárias.

A situação continuava explosiva, com 6 milhões de desempregados e com a República de Weimar a não conseguir nem resolver a crise nem evitar a agitação social.

A burguesia alemã estava em pânico. Já tinha perdido a I Guerra, tinha enfrentado as condições desfavoráveis do Tratado de Versalhes, a revolução alemã do pós-guerra e agora a agitação social permanente nesses anos 30.

Esse temor levou as grandes empresas industriais alemãs a apoiar o nazismo e a dar-lhe o seu apoio financeiro. Sem o seu suporte e também o do exército, Hitler não teria conseguido tomar, conservar e expandir o seu poder.

A autora conta que Hitler se reuniu, em Fevereiro de 1933, com 25 dos principais industriais da Alemanha. Apresentou-lhes o plano de investimento gigantesco nas Forças Armadas alemãs e que assentava no trabalho forçado feito em centenas de campos de concentração.

Todos alinharam. Foi um trabalho à escala de milhões entre 1939-45 e algumas das maiores empresas da indústria alemã utilizavam essa mão-de-obra na produção orientada para a guerra (Krupp, Siemens, BMW, Daimler-Benz, Bayer).

Segundo a autora, em 1944, cerca de metade dos 63.610 trabalhadores eram prisioneiros ou civis de países invadidos obrigados a trabalhar.

Dois exemplos:

Krupp (grupo alemão de aço e armamentos) - Durante a guerra, a indústria expandiu suas fábricas para todos os países ocupados, como siderúrgicas na Áustria e montadora de tractores em França. Usou cerca de 100 mil prisioneiros de guerra e de campos de concentração, bem como civis dos países ocupados que eram deslocados para a Alemanha.

Siemens operava em Auschwitz e em Ravensbrück, usando centenas de milhares de judeus para trabalharem como operários. Fabricaram telefones, telégrafos e rádios para a comunicação militar, componentes eléctricos para motores de aviões, equipamentos para geração de energia, estradas de ferro e munições.

As expectativas da grande burguesia industrial e financeira alemã não foram completamente satisfeitas devido à derrota da Alemanha. Os nazis descontrolaram-se com o delírio de dominar o mundo e acabaram por perder a guerra, pondo em causa as pretensões imperialistas da classe dominante alemã.

No Tribunal de Nuremberga, um grande industrial alemão, interrogado sobre as atrocidades de Hitler, teria feito o seguinte comentário: «Quando se compra um puro sangue, não se olha a alguns defeitos».

Nesta sua reflexão sobre o Nazismo, a autora analisa também o apoio eleitoral e social da população alemã a Hitler, procurando descobrir em que grupos residia o seu apoio fundamental.

Partindo da sua pesquisa bibliográfica, conclui que a base social de apoio ao Nazismo alargou-se a toda a Alemanha e a todos os grupos sociais, mas foi mais forte nuns lugares que noutros, mais forte entre umas classes relativamente a outras.

Foi um apoio sobretudo nas áreas protestantes, nas cidades mais pequenas (eleições de 1932, 37,4% país e 10% grandes cidades), sobretudo entre as classes ricas e de proprietários, entre as chefias e as profissões de colarinho branco (classes médias), mais nos trabalhadores rurais do que nos operários. Não tinha grande apoio entre os desempregados, nomeadamente no Rhur, onde havia uma grande concentração operária e grande número de desempregados que votava maioritariamente no Partido Comunista.

Fosse como fosse, a realidade é que as populações foram progressivamente aderindo ao P. Nazi e, nas eleições de 5 de Março de 1933, num ambiente de grande intimidação e de terror, 44% votaram em Hitler.

Durante esse mês, centenas de milhares de pessoas filiaram-se no partido. Os nazis chamavam-lhes as «vítimas de Março». Milhares de pessoas, entre os quais operários, abandonaram as suas organizações sociais-democratas ou comunistas e aderiram às «células de produção» nazis. Fizeram-no pelos mais diversos motivos, alguns por compromisso ideológico, mas a maioria por uma multiplicidade de causas, hoje difíceis de decodificar: por uma certa embriaguez, pela força sedutora e intimidante da propaganda, pela euforia e magnetismo das massas, por temerem a agitação social e uma eventual revolução operária, por vingança contra os líderes da oposição que os tinham abandonado, por quererem estar dos lados dos vencedores, por puro oportunismo. Na base de todas elas, estaria, decerto, a mais importante, o MEDO.

Outro tema tratado nesta obra refere-se à capitulação dos líderes da oposição perante o nazismo.

Nas últimas eleições, a Março de 1933, os nazis tinham obtido 44%, o que significava que a maioria do povo alemão (56%) continuava a votar contra eles, não obstante o ambiente de terror que marcou aquelas eleições, com os SA e SS a invadirem as reuniões eleitorais dos outros partidos e a praticarem assassinatos políticos.

O que aconteceu depois dessas eleições é revelador da audácia de Hitler e da fraqueza e traição dos dirigentes dos outros partidos. Hitler festejou a derrota como uma vitória e o terror foi reforçado, com concentrações de massas, desfiles com tochas e música militar de manhã à noite. Festejava-se e obrigava-se o povo a festejar.

Apesar desses 56% de votos contra os nazis, os dirigentes políticos dos outros partidos capitularam:

O P.C.Alemão, imbuído da política da Internacional Comunista que igualava a social-democracia ao fascismo (*Social-Democracia, irmã gémea do Fascismo*, Staline), recusou-se a estabelecer alianças com os dirigentes do SPD alemão.

Outros partidos (SPD, partido burguês e católico, o nacionalista da direita conservadora) que temiam mais a agitação operária e a revolução do que o nazismo, também não reagiram.

Não houve, por isso, uma frente unida contra o Nazismo e este rapidamente esmagou todos os partidos e oposições.

A única resistência que, efectivamente, vingou na Alemanha foi a resistência dos indivíduos. Os que resistiram, fosse qual fosse o seu partido, foram presos, assassinados ou enviados para Dachau, o primeiro campo de concentração.

A população que ideologicamente não aderiu ao nazismo só tinha três opções: o combate individual, que conduzia a prisão ou à morte; a tentativa de passar neutral, o que era impossível num regime totalitário que envolvia a vida privada na política; ou a adesão ao nazismo para salvar a pele. Juntar-se ao carrasco para não ser atacado.

No livro encontramos também referência à incapacidade do Ocidente (França e Inglaterra) de fazer frente ao Nazismo, bem como a da URSS de Stalin, que acabou por assinar um *Pacto de Não Agressão* de consequências trágicas para a URSS e para a Europa.

6. Uma teoria improvável sobre o Holocausto dos Judeus

Raquel Varela reflete, nesta obra, sobre a problemática do Holocausto e apresenta uma teoria que me parece redutora por si só, bem como a teoria dominante por ela contestada.

A autora identifica duas maneiras de olhar para aquela problemática: a teoria intencionalista que defende que os nazis sempre tiveram a intenção de matar os Judeus e a teoria funcionalista que contraria a tese de um regime primordialmente baseado no racismo e que defende que a perseguição aos Judeus teria tido como principal intensão a necessidade de utilizar mão-de-obra para o esforço de guerra nazi.

A autora manifesta a sua simpatia para com esta última teoria e justifica com dados que se prendem com a situação de guerra e as necessidades produtivas da Alemanha.

Com a militarização de cidadãos alemães para o Exército, Marinha e Aviação, não havia mão-de-obra suficiente para a máquina produtiva nazi. Era precisa força de trabalho.

Os nazis foram buscá-la primeiro aos opositores, aos ciganos, homossexuais e, numa escala maior, aos Judeus.

Foi essa a principal função dos campos de concentração. A utilização de trabalhadores forçados necessários à economia de guerra nazi. Os que lá chegavam saudáveis eram colocados a trabalhar nos campos controlados pelos SS e em empresas privadas (Krupp, Siemens, Bayer) fora dos campos, mas dependentes da economia de guerra nazi, planificada e financiada pelo Estado. O que o Nazismo criou foi «um gigantesco campo de trabalho» em toda a Europa ocupada.

Diz a autora, no reforço da sua tese:

O tema tem importância para o futuro, porque, neste, como em muitos outros acontecimentos históricos, insiste-se em sublinhar os fenómenos culturais fragmentários – identidade de género, etnia, etc. - e em secundarizar o que é essencial ao regime de acumulação capitalista. Insistimos, o Nazismo não foi a perversão de um louco, mas a militarização da sociedade para salvar o capitalismo da sua essência destrutiva, destruindo ainda mais.

Na mesma linha de análise, a «Solução Final», tomada na Conferência de Wannsee em Janeiro de 1942, ou seja, o extermínio nas câmaras de gás, teria acontecido no momento em que os nazis foram informados pelos seus economistas de que era impossível alimentar todo o império nazi. Na sequência da derrota a Leste (onde estavam os campos férteis), faltava abastecimento, não havia comida para todos. Se alguém tinha que morrer, que fossem os Judeus. Em vez de continuarem como trabalhadores forçados no esforço de guerra nazi, havia que os eliminar rapidamente.

Não me parece que as duas teorias estejam correctas em absoluto, separadas uma da outra. Parecem-me redutoras, tomadas isoladamente. Na minha perspectiva, a partir de muitas leituras sobre o tema, parecem-me, antes, complementares.

É verdade que o Nazismo criou «um gigantesco campo de trabalho» nos muitos campos de concentração que espalhou pela Europa. É verdade que necessitava dessa mão-de-obra, o que também é explicado pelo envio de muitos trabalhadores não Judeus dos países ocupados para trabalhar na Alemanha, mas a componente racial não é um fenómeno cultural fragmentário,

mas essencial. Diluir o holocausto dos Judeus entre o assassinio de todos os outros (opositores, ciganos, homossexuais) é escamotear um dos maiores crimes já cometidos contra a espécie humana. E é perigoso, porque, se nos centrarmos sobretudo na luta entre o Capital e o Trabalho, arriscamo-nos a não identificar os crimes de genocídio contra as minorias.

Apresento, os argumentos que se seguem, na defesa da minha perspectiva:

1) Toda a ideologia nazi, a começar pelo *Mein Kampf*, difundia o seu anti-semitismo:

O povo judeu permanece sem nenhuma cultura verdadeira e, sobretudo sem cultura própria. O que ele hoje apresenta como pseudocivilização é o património de outros povos, já corrompidos pelas suas mãos. O judeu é e será sempre o parasita típico, um bicho que, tal como um micróbio nocivo, se propaga cada vez mais, assim que se encontra em situações propícias. O povo que o hospeda vai-se exterminando mais ou menos rapidamente (Mein Kampf, Editora do Carmo, p.240).

Outros exemplos, da minha bibliografia pessoal:

*Tínhamos já começado a averiguar sistematicamente e a catalogar a origem racial das pessoas com algum papel na vida cultural da Alemanha. (...) Trabalhando em cooperação com o Movimento [nazi], os bibliotecários verificaram o «curriculum vitae» e as teses de doutoramento...os dicionários e outros trabalhos de referência. Foi graças a esse esforço que cedo pudemos dar por concluídos os trabalhos preparatórios que iriam permitir eliminar os autores, editores e professores judeus logo a partir de 1933. (Revista Especializada para Bibliotecários, 1938 in *Contai aos vossos filhos*, Ed. Gótica, p.21)*

Recordo também episódios de séries documentais como *SHOA* e *O Século do Povo*, onde, muitos anos depois, antigos nazis, responsáveis por algumas acções de extermínio, quando entrevistados, defendiam-se, recordando que cumpriam ordens, mas também usando um argumento que reflete bem a ideologia vinculada «*Para nós, os Judeus não eram seres humanos. Eram moscas*»

2) O eugenismo justificava o anti-semitismo. Coerente com a perseguição racial dos Judeus foi a imposição do eugenismo, uma política de purificação da raça ariana, que foi executada pelos nazis com a esterilização dos Alemães «degenerados», a sua eliminação física em clínicas e hospitais e com «purificação» rática a partir da elite dos SS. Eliminar os elementos nocivos que contaminavam a raça, ou seja os Judeus, tinha todo o sentido na perspectiva deste combate pela purificação da raça.

3) Os Alemães foram ideologicamente manipulados numa campanha de desumanização que os transformou em carrascos de outros homens.

Os Alemães foram preparados pelos nazis para a perseguição aos Judeus do mundo inteiro, através de uma grande campanha de manipulação da população sobre a questão judaica. Junto as palavras do historiador alemão Sebastian Haffner, que julgo essenciais para a compreensão desta tão dolorosa problemática:

Os alemães foram esclarecidos, através de panfletos, cartazes e concentrações, de que fora um erro terem considerado os judeus como seres humanos. Os judeus eram, na verdade, «seres inferiores», uma espécie de animais, mas providos de características demoníacas. As consequências que havia a retirar deste facto não foram desde logo explicadas. Contudo, a expressão «Morte aos Judeus!» foi proposta como slogan de campanha e grito de guerra.

[Depois das primeiras medidas contra os Judeus em 1933] *Um murmúrio de desaprovação, reprimido mas audível, percorreu o país. Os nazis, graças a um apurado tacto, deram-se conta que haviam ido longe de mais e retiraram parte das medidas, mas aguardando primeiro que o terror tivesse surtido efeito (...).*

Todavia, o mais estranho e desencorajador é que (...) esta primeira proclamação solene (...) desencadeou na Alemanha uma vaga de discussões e debates (...) sobre a «questão judia».

(...) De repente, todos se sentiram obrigados e autorizados a formar uma opinião sobre os judeus e a comunicá-la.

(...) As pessoas gostavam de opinar sobre a «questão judia» na base em percentagens. Punham-se a calcular se a percentagem dos judeus membros do Partido Comunista não era demasiado elevada e a das baixas ocorridas na Grande Guerra demasiado baixa. (...) E daí tirava-se uma certa justificação do anti-semitismo nazi.

Segundo o autor, o anti-semitismo nazi pouco tinha a ver com as particularidades dos Judeus. O seu objectivo era outro:

O lado significativo reside no objectivo em si, que constitui uma novidade na História Universal: a tentativa de dirigir os instintos predadores do Homem... contra membros da sua própria espécie e de transformar uma nação inteira numa matilha de cães de caça.(...) Trata-se de libertar e cultivar aqueles instintos sádicos, cuja repressão e destruição tem sido obra de milhares de anos de civilização.

O autor critica a opinião, ainda hoje bastante difundida na Alemanha, de que o anti-semitismo nazi constitui um pormenor sem importância (...) que «não significa absolutamente nada por comparação às grandes questões nacionais. Na verdade [conclui] essas «grandes questões nacionais» (...) fazem parte da rotina diária e do caos gerado por um período europeu de transição talvez votado a durar mais umas décadas, enquanto o anti-semitismo nazi constitui um perigo fundamental e invoca o espectro do crepúsculo da Humanidade.

(História de um Alemão, Dom Quixote, pp. 122/124, sublinhado meu)

Este perigo, a que o autor faz referência, continua a marcar a Europa, muitos anos após o fim do nazismo alemão. Só necessitamos de mudar o nome dos que são objecto do ódio, por essa Europa fora, nesta alvorada do século XXI. Outrora «os outros» eram «os judeus», hoje podem ser «os estrangeiros», «os muçulmanos», «os migrantes».

Estamos a falar da natureza humana e da necessidade da Humanidade reprimir todas as tentativas de discriminação dos seres humanos e todas as manifestações de exaltação dos nossos instintos mais primários.

4) Promulgação de 400 leis restringindo os direitos aos judeus, durante a década de 30. Há uma gradação dessas medidas e «solução final» é a sua apoteose derradeira:

1933 (1 Abril) 1ª medida: boicote às lojas dos judeus, médicos e advogados judeus; despedimento, nas lojas arianas, de trabalhadores judeus; pilhagens e actos violentos pelas S.S. e S.A. Surgem os campos de concentração.

1935: Leis de Nuremberga: proibição do casamento e as relações sexuais entre arianos e judeus; nacionalidade alemã retirada aos judeus; sua exclusão do funcionalismo público e das profissões liberais.

1938: «pogrooms» por toda a Alemanha, como o da «*Noite de Cristal*», durante a qual as S.S. e as S.A. entraram nos bairros judeus, invadiram casas e sinagogas, destruíram lojas e bens, profanaram cemitérios, incendiaram sinagogas e mataram muitos elementos da comunidade judaica. Interdições: exercício de qualquer profissão; utilização de transportes públicos.

1939: Hitler afirmou no Parlamento alemão que uma guerra mundial permitiria «*o extermínio completo da raça judaica na Europa*»

1940/42: criação de guetos na Europa de Leste, para onde eram enviados judeus locais, da Alemanha e da Áustria. Mortes permanentes nos guetos.

1941: Marechal Goering assinou uma ordem dando poderes às SS para preparar *uma «solução total para a questão judaica»*. «Grupos Especiais» mataram milhares de judeus em fuzilamentos em massa, mas tal prática além de ser morosa, dava muito nas vistas e prejudicava o moral das tropas.

A execução propriamente dita levava três a quatro horas. Particpei sempre nelas. As únicas pausas que fiz foi quando a minha espingarda ficava sem munições e tinha de voltar a carregá-la. Por isso, é-me completamente impossível dizer quantos judeus matava nessas três ou quatro horas, pois que havia outro que me substituía nesse tempo. Bebíamos sempre bastante aguardente enquanto aquilo durava para manter o moral.

(Alfred Metzner, soldado alemão in *Contai aos vossos filhos*, Gótica Editora, Lisboa, 2000, p. 49)

A princípio, os meus soldados não ficavam afectados. Mas ao segundo dia era evidente que um ou dois deles não eram capazes de levar a cabo novas execuções por períodos de tempo mais longos [mais de 40 minutos]. A minha impressão pessoal é que, no próprio momento da execução, não se verifica nenhuma inibição psicológica. É só mais tarde que ela se manifesta quando se pensa nisso, à noite, em paz e tranquilidade.

(Relatório do Tenente Walther sobre uma execução nos arredores de Belgrado, 1 de Novembro de 1941 in *Contai aos vossos filhos*, Gótica Editora, Lisboa, 2000, p. 49)

Optaram então por um método mais rápido e que levantava menos problemas – utilização de carrinhas especialmente concebidas para o uso de gases de escapes. Iniciavam-se os gaseamentos de judeus no campo de extermínio de Chelmo, na Polónia.

1942: «**Solução final**» na Conferência de Wannsee (Heydrich), a apoteose destrutiva. Começava em Auschwitz a utilização do gás Zyklon B. A partir daí, os judeus eram enviados para os campos de extermínio, onde era feita uma triagem entre os que podiam trabalhar e os que iriam para os fornos crematórios.

4) Trabalho forçado versus extermínio – Parece ter havido, desde o início, no P. Nazi, um confronto entre os partidários da utilização do trabalho dos Judeus no esforço de guerra alemão e os partidários do extermínio, apoiados numa base ideológica. Desde o início, a dieta alimentar dos Judeus usados no trabalho era motivo de discórdia, pois os primeiros queriam uma alimentação melhor para tornar o trabalho mais produtivo e os outros, que achavam um desperdício alimentar os Judeus e que, por isso, lhes davam uma alimentação mais que insuficiente. Faziam-nos trabalhar, esfomeados, até à exaustão e, quando morriam, eram substituídos por outros. Era um método simples.

Os partidários do extermínio foram sempre dominantes e eram quem geria, na sua maioria, os campos. Provavelmente, quando se colocou a questão da redução do abastecimento, isso teria fortalecido os exterminadores e ter-se-ia avançado para um extermínio mais rápido.

Proponho, a propósito, a leitura do romance histórico *As Benevolentes*, de Jonathan Littell (Dom Quixote, 2017) que, apesar de ser uma ficção histórica, é interessante pela forma como aborda a utilização dos judeus como mão-de-obra forçada e a forma como os nazis os encaravam. Narra as memórias de *Maximilien Aue*, um ficcional intelectual alemão, um linguista, que se torna oficial nazi e a quem é dada a tarefa de contribuir com os seus conhecimentos linguísticos para encontrar formas de melhor dominar os outros povos. É também sua função organizar de forma mais eficaz o trabalho forçado nos campos de concentração e nas empresas. Destaca-se a incrível frieza e ausência de culpa na descrição dos massacres em que participou.

7. Reflexão sobre a relação entre União Europeia, Estado Social Europeu e Assistência Social

Teoria actual: Foi a EU a construir o Estado Social europeu

Raquel Varela contesta esta afirmação e usa os factos e a cronologia na sua argumentação.

Localiza o Estado Social numa época anterior à EU, após o apocalipse da II GM, como uma consequência dos horrores da guerra e da necessidade de mudança social.

Findo o conflito, acabava o acordo entre os trabalhadores e as empresas contra o inimigo comum. Recomeçava a luta entre os trabalhadores das grandes fábricas e o Capital. Militantes da Resistência não queriam entregar as armas, uma grande onda de greves sacudiu a Europa em 47 e 48 e amplas manifestações percorreram as ruas das grandes cidades europeias.

Na sequência deste clima, realizou-se um Pacto entre o Capital e o Trabalho que legitimava o lucro das empresas e criava, em contrapartida, o 1º pacote de direitos sociais e laborais na Europa (protecção de quem trabalhava, desde a infância até à morte, segurança no emprego, amplos direitos à educação, habitação, cuidados médicos, transportes públicos, arte e cultura apoiadas pelo Estado).

O mais conhecido deste «Estado Social» tinha surgido em plena guerra, em 1941, apresentado pelo economista britânico, o barão William Beveridge que propunha diversas reformas sociais que assentavam na contribuição ao Estado dos que trabalhavam (em termos proporcionais), para que pudessem, posteriormente, usufruir de direitos sociais. Nascia assim o *Welfare State* inglês e o «Estado Social» na Europa.

Segundo a autora, os Estados Sociais estavam já consolidados na Europa quando o projecto europeu iniciava os seus primeiros passos, com a criação da CECA, corria o ano de 1951.

Segundo o seu estudo, seria a consolidação da União Europeia que iria levar ao fim do «Estado Social», a partir dos anos 80/90, substituindo-o por um Estado de tipo assistencial.

Nas suas palavras, a EU foi um *acordo entre as classes dirigentes dos países europeus para vingarem enquanto países capitalistas num quadro de menor confronto entre si* e tornou-se, segundo a mesma, um *projecto imperialista quer na relação da EU com o resto da cadeia imperialista, quer dentro da EU na sua relação com desigual entre os vários Estados-membros*.

Podemos ler no livro esta conclusão: *A EU não é o símbolo de uma Europa unida nem coesa. Não o foi na origem, nem é hoje.*

Poderão, no livro, acompanhar a construção desse «Estado Social» e compreender o que aconteceu a partir da crise dos anos 80/90, que levaram ao seu fim.

Esta obra apresenta-nos também uma distinção clara entre Estado Social (políticas universais a que todos têm direito) e Assistência Social (*políticas focalizadas para gerir a precariedade, o desemprego e a pobreza decorrente dos baixos salários e do desemprego, e para evitar situações de extrema pobreza*). À universalidade dos direitos do Estado Social, a autora contrapõe a arbitrariedade da Assistência Social, dependente das decisões governamentais e de quem as executa (quem decide? Quem recebe? O que recebe?).

8. Análise da Revolução portuguesa de 1974-75 (Toda a problemática)

No livro, encontramos uma reflexão sobre:

- A relação entre a Revolução, o Império e a Guerra Colonial;
- Uma explicação para o facto de a revolução ter acontecido em plena crise económica internacional;
- As medidas revolucionárias de Abril;
- Os vários projectos políticos que se defrontavam em Abril;
- O movimento de cerca de 3 milhões de pessoas integradas em organizações de bases como comissões de trabalhadores, de moradores e de soldados.

NUNCA TANTA GENTE DECIDIU TANTO como naqueles 19 meses em toda a história do país.

- O Golpe de 25 de Novembro de 1975 que levou à consolidação da democracia burguesa;
- Um posicionamento: *A democracia burguesa não foi a extensão da revolução, mas sim a ruptura com a revolução. A modernização do capitalismo levou ao fim do período mais revolucionário da história de Portugal.*
- A influência internacional da Revolução portuguesa.

9. Um olhar sobre a queda do Muro de Berlim, da URSS e países do Bloco de Leste

O livro contesta 2 teorias dominante na historiografia sobre estes acontecimentos:

1) A queda daqueles regimes levou ao fim do Estado Social no Ocidente.

Ou seja, a Revolução Russa que já tinha sido responsável pelos primeiros programas sociais na Europa (ao pressionar as burguesias europeias que, temendo novos Outubros, elevaram as condições de vida dos trabalhadores), foi também responsável pelo fim desses direitos. O fim daqueles regimes destruiu a esperança em novas revoluções e deixava de fazer pressão sobre o Capital que deixava cair os direitos dos trabalhadores.

A autora vai mostrar a falsidade desta tese porque desresponsabiliza o papel dos partidos e sindicatos dos trabalhadores na Europa que cederam perante a chantagem do Capital que

ameaçava com a deslocalização das empresas e não foram capazes de fazer frente às políticas do neoliberalismo.

Apesar de algumas lutas duras (mineiros, estivadores dos portos), não se verificou uma resistência política de massas. Os sindicatos, em lugar de optarem por uma estratégia de defesa dos trabalhadores através de processos de luta determinados, optaram por negociações de concertação social. Em vez do confronto com o Capital, escolheram a negociação.

Segundo a autora, *entenderam o Estado não como um opositor, mas como um árbitro*. A consequência desta atitude foi o fim do Pacto Social e a sua substituição pela assistência social aos mais desprotegidos.

A autora exemplifica o que aconteceu em alguns países europeus.

2) A queda daqueles regimes levou ao fim do Socialismo.

Aqueles acontecimentos conduziram ao fim do socialismo e à constatação de que o capitalismo é o destino histórico universal e inevitável da Humanidade. Fora do capitalismo não há alternativa.

A autora rejeita esta tese que confunde a ditadura de Staline com a URSS revolucionária e os regimes da Europa de Leste com verdadeiros regimes socialistas.

O que terminava não era o socialismo, mas regimes ditatoriais que já tinham esmagado a revolução, eliminando milhares de revolucionários que tinham lutado pelo socialismo. Esta tese esquece também essas mortes.

10. Reflexão sobre a crise da Europa, na entrada no século XXI: crise do capitalismo, dos regimes políticos europeus e do movimento operário e sindical.

A autora vai refletir sobre esta crise generalizada do mundo em que vivemos:

Crise do Capitalismo que continua incapaz de resolver as suas contradições internas e de conter as crises que se sucedem, nunca abdicando da acumulação de lucro e sacrificando tudo e todos a essa obsessão;

Crise dos regimes políticos europeus que se revela no aumento da abstenção eleitoral, na crise do bipartidarismo e na crescente contestação da classe política;

Crise do movimento operário e sindical marcados pela desorganização, desmoralização e por uma crescente redução da taxa de sindicalização, a partir dos anos 80.

O que fazer?

Perante esta crise profunda do mundo em que vivemos e esta perda de direitos sociais no continente europeu, perante esta incapacidade em tirar lições da História, o que fazer?

O desafio, hoje, é assumirmos que temos responsabilidades históricas sobre os destinos da Europa enquanto ideia central de fraternidade entre povos. Isso implica uma luta – indissociável – na defesa da liberdade e da igualdade.

(...) Temos a responsabilidade de exigir a liberdade efetiva, em que os direitos sociais tenham a dignidade dos direitos políticos; em que o direito ao emprego, como garante da sobrevivência,

e o direito à dignidade de viver do trabalho, e não da assistência social, sejam acarinhados com a determinação com que hoje é protegido o direito de voto. Igualdade real para todos, que permita dar segurança material para que as diferenças sejam respeitadas e floresçam a diversidade, a arte, a criação, as relações humanas densas. Acredito que encontramos no passado algumas respostas para estes desafios.

Esta *BREVE HISTÓRIA DA EUROPA* é a leitura do nosso passado recente que a Raquel Varela nos dá a conhecer. É o seu contributo enquanto historiadora para a reflexão urgente e imprescindível na procura de novos caminhos e alternativas.

Que da sua leitura possamos usufruir, no imediato, do prazer de mergulhar no fascínio da História, teia complexa feita de Tempo, de Espaço, de Povos e de Nações que a musa Clio tece, com paciência milenar, no seu monte Hélicon.

Que, nesta interessante e polémica reflexão sobre o século XX, consigamos encontrar respostas para as inquietações do nosso tempo que tanto nos atormentam.

Que, finalmente, sejamos capazes de construir a esperança e a certeza de que é possível não apenas sonhar, mas construir um mundo melhor, mais justo e fraterno.

Questões para um debate futuro

1.«A História ensina-nos. Muito» Mas será que a humanidade quer aprender com a História? Não estamos sempre a repetir os mesmos erros?

2.Quem é o hoje o proletariado? Continua a ser a classe revolucionária capaz de dirigir a mudança? Se, por alargamento do conceito, passa a abranger outros grupos sociais, a diferença de interesses não enfraquece o mesmo?

3.No mundo capitalista, com regimes democráticos representativos, é valorizada a liberdade, relativamente à igualdade. No modelo de sociedade socialista, tal como foi defendido pelos ideólogos do marxismo, é possível dar valor igual à liberdade e à igualdade, ou a necessidade de defender o Estado dos trabalhadores irá irremediavelmente conduzir à valorização da igualdade em relação à liberdade?

4.Sabemos onde nos levou a destruição da revolução portuguesa: a manutenção e modernização do capitalismo, a democracia representativa, as crises internacionais e os seus efeitos. Nos dias de hoje, a insegurança no emprego e a precariedade. Onde nos teria levado a Revolução?

5.Segundo Mircea Eliade, o homem contemporâneo continua a ter necessidade de mitos. Mitos que encarnam a eterna luta entre o Bem e o Mal, mitos de Heróis capazes de proezas que os comuns dos mortais não conseguem. Também mitos políticos como: o *papel redentor do Proletariado* (mito redentor do justo, cujo sofrimento o leva a mudar o mundo. O Bem que triunfa sobre o Mal); o mito da *sociedade sem classes* (mito da Idade do Ouro que caracteriza o começo e o fim da História).

Questão: *O papel redentor do Proletariado e a sociedade sem classes* serão mitos contemporâneos ou realidades do devir histórico?